

*A QUESTÃO LATINO-AMERICANA\**

*LA CUESTIÓN LATINOAMERICANA*

*THE LATIN AMERICAN ISSUE*

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.49168>

Jaime Osorio<sup>1</sup>

[Tradução: Mariana Cândido dos Santos<sup>2</sup>]

**Resumo:** Por que a questão latino-americana pode constituir um problema relevante à filosofia política e às ciências sociais? Uma primeira resposta aponta o lugar conflitivo que a América Latina ocupa no discurso universal construído pela modernidade capitalista em termos econômicos e políticos. No seio desse grande relato, a região e seus processos aparecem como um excesso que questiona e nega aquela universalidade, o que exige um pensamento que dê conta das razões dessa negação. Para este objetivo, analisam-se momentos da história política e econômica regional e das reflexões teóricas formuladas sobre as tendências ao subdesenvolvimento e à atualidade da revolução.

**Palavras-chave:** Modernidade. Revolução. Dependência. América Latina.

**Resumen:** ¿Por qué la cuestión latinoamericana puede constituir un problema relevante para la filosofía política y las ciencias sociales? Una primera respuesta señala el conflictivo lugar que ocupa América Latina dentro del discurso universal construido por la modernidad capitalista en términos económicos y políticos. En el seno de ese gran relato, la región y sus procesos aparecen como un exceso que cuestiona y niega aquella universalidad, lo que exige un pensamiento que dé cuenta de las razones de dicha negación. Para tal objetivo se analizan momentos de la historia política y económica regional y de las reflexiones teóricas formuladas sobre las tendencias al subdesarrollo y a la actualidad de la revolución.

**Palabras clave:** modernidad. Revolución. Dependencia. América Latina.

**Abstract:** Why can the Latin American question constitute a relevant problem for political philosophy and the social sciences? A first answer points to the conflictive place Latin America occupies within the universal discourse constructed by capitalist modernity in economic and political terms. Within this grand narrative, the region and its processes appear as an excess that questions and denies that universality, which requires a thinking that accounts for the reasons of such denial. To this end, we analyze moments of regional political and economic history and theoretical reflections on the tendencies towards underdevelopment and the actuality of the revolution.

**Keywords:** modernity. Revolution. Dependency. Latin America.

**I**

A América Latina mantém um lugar conflituoso dentro do discurso universal construído pela modernidade capitalista. Dentro desta grande narrativa, a região e seus processos aparecem como um “remanescente” que questiona e nega essa universalidade, o que torna necessário enfrentar o desenvolvimento de uma forma de pensar que responda pelas razões dessa negação.

**II**

Com suas múltiplas promessas de civilização, de humanização integral, de desenvolvimento e prosperidade para o povo, de uma ordem estatal baseada em liberdades que conciliariam interesses individuais e sociais, de igualdade política e social, a modernidade capitalista – em vários momentos e nas vozes de vários autores e correntes – moldou uma narrativa de poderosa força intelectual e política.

A partir de sua inclusão na história universal construída pelo capital, a região que mais tarde seria chamada de América Latina emerge como a exclusão necessária (e, portanto, incluída) que torna viável essa modernidade. A abundância nos centros imperiais, suas grandes revoluções políticas, as poderosas transformações industriais, o crescimento e o progresso produtivo, toda a humanidade e o bem-estar que ali se vivia, tinham como contrapartida o colonialismo, o roubo das riquezas e o extermínio dos povos nativos, o estabelecimento de uma organização colonial de subjugação e despossessão que também exigia a destruição de numerosos povos africanos, que foram levados como escravos para plantações e minas na região, submetidos a condições desumanas que causaram milhares de mortes.

Não foi uma simples metáfora que Marx usou quando apontou que o capitalismo se tornou presente na história “derramando sangue e lama por todos os poros”. Se isso tomou forma na nova sociedade europeia, onde a nova organização se cristalizou, ela também estará presente no mundo colonial, e ainda mais na América Latina e no Caribe, territórios que desempenham um papel central nesta nova história, com um sinal de barbárie incomum.

**III**

Em meados do século XX, temos marcos relevantes, onde as fraturas que atravessam a modernidade capitalista se tornaram evidentes: duas guerras mundiais, graves crises econômicas, revoluções proletárias, o Holocausto, explosões atômicas em território japonês, entre outras. Para o discurso dominante, estes excessos serão explicados de diferentes maneiras, de fora da lógica do capital<sup>3</sup>.

No auge do século XX, a América Latina<sup>4</sup> já tinha uma história de revoluções e revoltas populares que não podiam ser subestimadas. No contexto de um mundo dividido pela Guerra Fria e a apenas alguns quilômetros do centro imperialista do sistema, a revolução cubana provocou convulsões e reajustes não apenas no tabuleiro central de xadrez, mas também em toda a região. Este verdadeiro “assalto ao real” revelará um núcleo obscuro: uma região atravessada desde cedo por correntes sistêmicas e regionais em

permanente fermentação rupturista, que continuará seu curso sob diferentes formas e graus na história regional subsequente.

Também a história regional, quase um século e meio após a constituição de nações formalmente independentes, também apresenta sérias dificuldades para gerar processos que lhe permitam combinar crescimento e bem-estar<sup>5</sup>. Pelo contrário, pobreza, atraso e desigualdade serão palavras comuns para descrever a situação predominante para a maioria da população.

Ambos os processos, o político e o econômico que acabamos de delinear, se referem à mesma pergunta significativa: o que é sobre a América Latina que faz com que os processos de crescimento não se expressem simultaneamente em um aumento do bem-estar da maioria da população e que incentive tendências para a ruptura e a revolução? As discussões sobre a maneira de ser da América Latina marcarão a segunda metade do século XX regional, bem como os projetos e práticas que serão implementados como resposta.

#### *IV*

Junto com seu significado singular, a revolução cubana – de uma ampla perspectiva histórica – atualizou a particularidade da América Latina como uma zona de condensação de contradições sistêmicas que questionam e fraturam a ordem vigente. Neste sentido, ela está ligada a pelo menos duas revoluções anteriores, igualmente surpreendentes: a de Saint-Domingue (atual Haiti) em 1791-1805, a primeira nesta parte do mundo a ser liderada por escravos, e que culminou com a independência e o fim da escravidão. Também com a revolução mexicana de 1910-1914, que abriu o ciclo revolucionário mundial no século 20, o curto século nas palavras de Hobsbawm, culminando com a derrota do chamado socialismo em 1989.

Se a revolução dos escravos no Haiti revelou os processos de negação que sustentaram e tornaram possíveis os slogans universais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa<sup>6</sup>, a revolução camponesa no México precede a primeira revolução operária e camponesa triunfante, a dos soviéticos, dos bolcheviques e de Lênin, e aponta para uma tendência na evolução desses processos: será na periferia capitalista que essas revoluções tenderão a implodir.

As colônias das Antilhas, em geral, contribuíram com grandes fluxos de mercadorias, tais como açúcar, café e tabaco, para seus respectivos impérios. O Haiti era de longe a colônia mais rica de todas, com plantações organizadas sob rigorosas exigências de racionalização capitalista. (GRÜNER, 2007, p. 84) Foram precisamente os escravos nas grandes plantações do norte da ilha (os mais sujeitos a esta racionalidade) que foram os principais atores da inesperada revolução negra. (FEIJOO, 2010)

Diante do desacreditado universalismo “somos todos iguais” anunciado pela Revolução Francesa, a partir de um centro que, no entanto, assumiu os benefícios da exploração de escravos em suas colônias, a Constituição Haitiana de 1805 proclamou “todos os cidadãos haitianos são negros”, independentemente da cor de sua pele, como um forte contraste com os muitos que não contavam no “todos” daquela proclamação da Revolução Francesa. (GRÜNER, 2007) Portanto, como Zizek (2011, p. 140) enfatiza,

não se trata de estudar a Revolução Haitiana como uma extensão do espírito revolucionário europeu (...), mas de afirmar a importância da Revolução Haitiana para a Europa. Não só o Haiti não pode ser compreendido sem a Europa; nem o alcance e as limitações do processo emancipatório europeu podem ser entendidos sem o Haiti. [o segundo grifo é de Jaime Osorio]

Sem uma mudança radical nas relações de poder entre os dominantes e os dominados, a revolução mexicana provocou uma mudança profunda no regime político vigente. Os “inexistentes” para o poder oligárquico<sup>7</sup>, como os camponeses, mineiros, assalariados agrícolas, trabalhadores urbanos, os pobres em geral, invadiram a ordem reinante e estabeleceram um lugar para si mesmos. Sua filiação corporativa e subordinação ao comando sob pactos de lealdade, que seguem os fundamentos políticos vigentes do *Virreinato novohispano*<sup>8</sup> e não os cânones da cidadania e as regras da democracia representativa do Estado de direito liberal (cf. CALLEJAS, 2011), não podem nos fazer perder de vista a ruptura das relações oligárquicas, assim como as conquistas feitas no reconhecimento das comunidades, na restituição dos territórios e dos direitos fundiários e dos múltiplos direitos sociais a amplos setores da população, em meio a novas reconfigurações de poder e dominação.

O peso dos camponeses e trabalhadores agrícolas indígenas nas fazendas, nas mobilizações e na formação dos exércitos rebeldes foi uma resposta ao crescente processo de expropriação de terras comunitárias e de aldeias pelos proprietários de terras, bem como às condições miseráveis de existência condenadas a esses trabalhadores, bem como aos que trabalhavam em minas, ferrovias e outros serviços, com o objetivo de aumentar os lucros sob o primeiro padrão de exportação. Foi, portanto, o desgoverno inerente ao lucro capitalista que impulsionou as revoluções no México e no Haiti.

Enfatizar que foi o lucro que deu sentido às formas pré-capitalistas que operam nas grandes fazendas mexicanas no período Porfiriato, assim como à desapropriação de terras, e que foi a lógica capitalista que organizou a exploração de escravos nas plantações no Haiti, nos permite compreender que além de seus componentes sociais majoritários – escravos em um caso, camponeses no outro – e suas direções, ambas as revoluções foram uma resposta às operações do capital, encarnadas em exportadores de escravos e proprietários de minas e latifundiários, também exportadores, todos presos pela lógica do lucro.

Sendo revoluções alimentadas pelo capital, elas não são, entretanto, revoluções anticapitalistas. Ambas fazem da demanda de distribuição de terras e do estabelecimento de pequenas fazendas um objetivo central. Isto não minimiza o evento impensável que ambos moldam na história<sup>9</sup>.

Um século separa as duas revoluções no Haiti e no México. Meio século separa esta última da revolução cubana. Meio século de maturidade global do capitalismo mundial e de maturidade do capitalismo regional e cubano em particular. A revolta produzida pela revolução do Movimento 26 de Julho na maior ilha do Caribe foi seguida por outra, não menos relevante, após sua proclamação como revolução socialista em 1961. Um projeto que alegava ser anticapitalista finalmente tomou forma e se tornou uma potência na região.

Alimentado pelo fervor e ebulição desencadeados pelas façanhas cubanas, as organizações políticas se multiplicaram na América Latina nos anos 60, que se declararam revolucionárias e partiram para reeditar ou recriar os movimentos de Fidel e Che, com o assalto ao Quartel Moncada, Granma, Sierra Maestra e a

entrada dos insurgentes em Havana após derrotar as tropas de Batista em grandes confrontos militares. Além do voluntarismo e utopia que reinaram em muitos desses processos, sua multiplicação e expansão se deveu às situações políticas e econômicas predominantes que os favoreceram. As condições de vida da maioria da população continuam em níveis alarmantes, enquanto governos autoritários se multiplicam e a riqueza continua a se concentrar nas mãos de poucos. É por isso que Washington está exigindo reformas dos governos da região, tais como distribuição de terras e maior industrialização, bem como a criação e preparação de forças militares de contrainsurgência para conter o barril de pólvora predominante.

## V

Seria uma experiência sobre os antípodas da experiência cubana que mais uma vez destacaria o impulso rupturista presente na região neste período. Após disputadas eleições presidenciais em 1970, com uma divisão dos partidos representando os setores dominantes e apoiados por uma aliança dominada pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista, ambos declarados marxistas, o candidato de esquerda Salvador Allende triunfou nessas eleições, após quatro derrotas anteriores, e com 33% dos votos foi proclamado Presidente da República do Chile, abrindo as portas para um processo revolucionário que convulsionou a sociedade e, como um processo excepcional, surpreendeu tanto os locais como os forasteiros.

A incorporação no aparato estatal de um governo popular e a tentativa de transformar a sociedade sem romper com as instituições existentes, uma fórmula descrita como “o caminho chileno para o socialismo”, são alguns dos nós górdicos dessa experiência, sem precedentes na história.

Dezenas de fábricas importantes passaram para as mãos do Estado e ficaram sob a administração de seus trabalhadores; os grandes depósitos de cobre assim como “o salário do Chile”, anteriormente nas mãos de grandes empresas americanas, foram nacionalizados; enquanto que nas fábricas, “fazendas”, escolas e povoamentos, os trabalhadores, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes e aldeões discutiram e tomaram medidas para assumir maiores responsabilidades no curso da vida produtiva e política do país. Em poucos meses, o país se tornou uma sociedade mobilizada, constantemente se organizando e se reorganizando, e cada vez mais politizada. Era também uma sociedade cada vez mais polarizada em termos políticos.

Através de vitórias em várias eleições parlamentares, Allende e seus aliados ganharam força no seio do Congresso, o que permitiu abrir caminhos institucionais para transformações econômicas, como a nacionalização do cobre, empresas nacionalizadas e a distribuição de terras, enquanto as forças políticas do capital se entrincheiraram nas instituições do aparato estatal ainda sob seu controle, como o judiciário e alguns setores do poder legislativo, dificultando mudanças dentro do Estado de Direito, e setores empresariais perturbaram a economia, criando carências e mercados clandestinos. Por sua vez, eles mobilizam setores sociais que ganham posições nas ruas e em manifestações como os “cacerolazos” e organizam forças paramilitares, ao mesmo tempo em que iniciam medidas dentro das Forças Armadas e dos *carabineros* para quebrar a ordem institucional, temendo que os setores populares continuem a ganhar força numa situação em que tensionam, mas respeitam a lei.

Após várias tentativas fracassadas de golpe, o “caminho chileno para o socialismo” foi finalmente bloqueado violentamente em setembro de 1973, após um golpe militar que envolveu a maior parte do Alto Comando militar das Forças Armadas e dos *carabineros*, iniciando assim um longo e sangrento processo contrarrevolucionário. O golpe militar revelou a enorme flexibilidade tática dos grupos dominantes a fim de preservar o poder. Se o respeito à lei e sua institucionalidade não fossem instrumentos suficientes para enfrentar a ofensiva popular, o problema teria que ser resolvido através da violência concentrada, com o próprio aparato armado do Estado violando a lei e a Constituição. O bombardeio da casa do governo, La Moneda, por aviões de guerra da Força Aérea, e a morte do presidente no referido prédio, rodeado por tropas golpistas e defendendo a Constituição, são uma imagem viva dos ânimos que marcaram esse processo.

## VI

Após sucessivos golpes militares na parte sul do continente, a onda de insurgência que varreu a região chegou à América Central, tomando forma no triunfo da Revolução Sandinista em 1979 e em confrontos acirrados no nível da guerra civil em El Salvador e na Guatemala nos anos 80, processos que culminaram em derrotas eleitorais e/ou militares, acompanhados de sérios processos de decomposição política.

Com isto, se encerrava o ciclo aberto com a revolução cubana e ganhava plena forma o período contrarrevolucionário aberto em 1964 com o golpe militar no Brasil e que inundou de ditaduras militares a quase totalidade dos países do Cone Sul latino-americano nos anos 1970, alcançando grande parte da América Central na década seguinte.

As novas ditaduras não foram apenas uma resposta puramente reativa às ofensivas populares. Foram também, em sua maioria, a ponta de lança e as portadoras de novos projetos de reorganização econômica e política na região, ou aqueles que abriram o caminho para que os governos civis assumissem a tarefa. Uma nova inserção no mercado mundial, na forma de um padrão de exportação, o de especialização produtiva, sob a marca das políticas econômicas neoliberais, começou a tomar forma nos anos 70 e 80 na região. O denominador comum deste profundo processo de reestruturação produtiva seria uma política agressiva contra o mundo do trabalho, o colapso dos salários e benefícios sociais, o fortalecimento de uma franja monopólica do capital local e uma associação mais estreita com o capital estrangeiro, um processo incentivado pelo leilão e liquidação de importantes empresas estatais ao capital privado, e o estreitamento dos laços comerciais e das aberturas ao mercado mundial. O aumento da capacidade de competir nos mercados estrangeiros esteve intimamente ligado à deterioração das condições de vida dos assalariados e ao aumento da dupla exploração<sup>10</sup>. A formação de uma economia que virou as costas à maioria da população trabalhadora tomou novamente forma, após o breve hiato de industrialização na região e a incorporação limitada da população trabalhadora no mercado doméstico.

**VII**

Uma vez estabelecidos os fundamentos da nova organização econômica e a correspondente disciplina da população trabalhadora, e superadas as etapas mais agudas da crise no mundo central, a expiração dos regimes autoritários militares e civis foi colocada na agenda regional, incentivada pelos *think tanks* estadunidenses<sup>11</sup> sob o tema da transição para a democracia. O objetivo era erigir novas bases de legitimidade para o governo político de uma forma totalmente compatível com o neoliberalismo prevalecente. Um fim aos Estados "obesos", sobrecarregados com empresas públicas, proporcionando benefícios sociais e sustentando amplas alianças de classe, a serem substituídos por Estados "eficientes", focados em cuidar dos interesses do grande capital local e transnacional que opera na área. A figura do cidadão faz sua entrada, que receberá justa remuneração por seu esforço e habilidades do mercado, o que põe um fim ao assunto esperando por esmolas e benefícios estatais, enquanto as autoridades serão eleitas pelo voto de políticos adultos, que agora têm a vida pública em suas mãos, deixando para trás a presença de massas manipuladas por caudilhos e líderes tropicais.

Pouco mais de duas décadas após o início da transição para a democracia na região, e continuando na agenda teórica sob os termos de "consolidação democrática", os resultados ficaram muito aquém das expectativas criadas pelos setores dominantes e também pelos populares. Para os primeiros, a democracia, exceto em casos excepcionais, provocou sérias decepções devido ao surgimento de líderes de massa eleitos em consultas eleitorais, como Hugo Chávez ou Evo Morales; também devido ao aumento da desordem e, em alguns casos, do caos social, como no México ou na Guatemala, e até mesmo o surgimento de movimentos sociais em sociedades que até recentemente tinham sido ordenadas, como no Chile em 2011, com milhares de estudantes do ensino médio e universitário perturbando a paz social.

Entretanto, no balanço geral desses setores, houve mais prós do que contras. A grande transformação capitalista regional realizada no âmbito da globalização transformou a região em uma das mais dinâmicas e com um peso crescente na política global. Brasil, Argentina e México fazem parte do G-20, e o peso de seus produtos de exportação e também suas compras e investimentos, particularmente no primeiro caso, são fatores que tornaram a economia global e regional mais dinâmica.

Para os setores populares, esta transição – com exceção da Bolívia, Venezuela e Equador – significou a impossibilidade de mudar as diretrizes neoliberais vigentes e a deterioração de suas condições de vida, apesar de ir às urnas e eleger líderes que se oferecem para mudar o estado de coisas, mas contra os quais não têm mecanismos para exigir responsabilidade por sua gestão, muito menos a revogação de seu mandato. Há também fraudes eleitorais, insegurança no emprego e falta de empregos e, em alguns casos, mais soldados nas estradas e ruas e maior insegurança. De diferentes maneiras e em diferentes setores, há uma convicção crescente de que esta forma de democracia oferece pouco no caminho de um mecanismo para expandir a capacidade dos muitos de decidir sobre o curso da vida em comum. Esta característica central da política foi expropriada por poucos, deixando os "cidadãos" com uma politização excessiva de procedimentos e fórmulas sem a capacidade de influenciar o destino dessa vida comum<sup>12</sup>.

De posições muito diferentes, a democracia prevalecente vem perdendo o entusiasmo que inicialmente despertou na região. Como resultado, os “tanques de pensamento” de matizes políticos muito diferentes têm trabalhado para sustentá-lo, sendo a discussão de sua “qualidade” um denominador comum. Nestes labirintos, o pensamento crítico também se perdeu, e foi aprisionado pela proposta de democratização predominante, a liberal, sem discutir seus fundamentos e limitações.

### **VIII**

O que deveria ser surpreendente é que apesar da política violenta e maciça de contrainsurgência implementada na região por governos militares e civis, da aplicação ortodoxa das políticas neoliberais, que constituem a continuação política das primeiras em termos de ruptura do tecido social, intimidação no trabalho e defesa do individualismo, e de um discurso estridente sobre democratização e multiplicação das consultas eleitorais, logo encontramos na América Latina um marco político onde os movimentos sociais foram reconstituídos onde foram destruídos, onde outros surgiram, e onde a capacidade não só de resistir mas também de promover projetos, novos partidos populares foram criados e vieram a formar governos, e onde o surgimento de respostas coletivas aos projetos dos setores dominantes e mesmo dos chamados governos populares se repete em diferentes lugares, vilas e cidades da região.

Desde os anos 90, a velha toupeira da história reapareceu na região sob diferentes formas de organização e em diferentes épocas. Mineiros, camponeses, povos indígenas, estudantes, trabalhadores e os pobres urbanos, os subempregados e desempregados são os principais sujeitos desta nova etapa, que fazem uso de várias formas de luta e enfrentam o poder em graus variados. As cristalizações mais relevantes deste processo diversificado podem ser vistas na formação e ação do EZLN [Exército Zapatista de Libertação Nacional] no México em seus primeiros anos e no surgimento de um significativo movimento indígena; no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil; na revolta popular maciça que derrubou o governo de Fernando de la Rúa na Argentina; nas mobilizações indígenas na Bolívia e no Equador em defesa da água e da terra, que derrubaram vários governos neoliberais; a resistência popular na Venezuela e em Honduras diante dos golpes de contrainsurgência; a chamada “comuna” de Oaxaca no México; a inauguração de governos populares na Bolívia e na Venezuela; e as mobilizações massivas e duradouras de estudantes no Chile para uma educação gratuita e de qualidade.

### **IX**

O triunfo da revolução cubana trouxe uma série de problemas antigos e novos à mesa para debate<sup>13</sup>. Entre eles, o das rupturas revolucionárias nos Estados nacionais, que fazem parte de um sistema capitalista com projeção planetária. Como é possível tal situação de ruptura? Como explicar que tais revoluções foram e são produzidas na periferia do sistema? Poderia a revolução sobreviver limitada às fronteiras dos Estados nacionais? Seria possível, nessas fronteiras, construir o socialismo?

Diante do primeiro problema, deve-se ressaltar que o capital sofre de uma contradição constitutiva: ele reivindica um espaço planetário como seu território de operações, mas, no entanto, sua reprodução deve ser baseada nos Estados-nação. Este espaço nacional constitui uma das bases da competição entre os capitais que caracteriza o capitalismo. Esta contradição está na base das discussões sobre as chances de sobrevivência das revoluções e a construção do socialismo.

A experiência histórica parece confirmar que as fronteiras nacionais são muito estreitas, não apenas para a sobrevivência da revolução, mas também para a construção do socialismo. Lênin estava preocupado em dar respostas aos problemas da atualidade da revolução proletária e por que estes teriam seu lugar privilegiado na periferia do sistema capitalista e não em seu centro, como ficou evidente nos escritos clássicos do marxismo. A preocupação leninista a este respeito tinha em primeiro lugar um objetivo teórico e político específico: dar sentido à ideia da revolução na periferia, no caso, na Rússia czarista.

Os escritos que fundamentaram a atualidade da revolução se multiplicaram na pena do líder bolchevique. Em Lênin, esta atualidade nas zonas periféricas se baseia na entrada do capitalismo em sua fase imperialista nas últimas décadas do século XIX, na disputa agressiva no mundo que isso cria entre diferentes capitais nacionais e suas encarnações nos Estados, na maior e mais estreita articulação do mundo sob a lógica do capital, com a predominância do capital financeiro, na pilhagem das regiões periféricas e na intensificação das dimensões da barbárie, particularmente nessas regiões, que prevalecerão sobre as dimensões civilizatórias.

A corrente imperialista, apontará Lênin, tenderá a romper em seus elos fracos, e estes se encontram na periferia do sistema. É lá que as contradições do sistema são condensadas e saturadas, entrelaçadas e fundidas com as contradições locais do capital. Essa era a situação da Rússia no início do século XX, e dos espaços territoriais do sistema onde a revolução vai continuar no século XX<sup>14</sup>.

Diante do atraso no desenvolvimento de tarefas burocráticas burguesas não realizadas na periferia, para Lênin a revolução democrática é uma questão de revolução socialista sob a liderança do proletariado. A proposta de Lênin teve como pano de fundo um pressuposto não desprezível para a exposição que se seguirá neste ensaio: no mundo periférico, a burguesia não está em condições de realizar essas tarefas, não por falta de maturidade, mas porque a dinâmica de reprodução do capital que ela desenvolve, e sua subordinação ao capital imperialista a impedem de fazê-lo<sup>15</sup>.

A revolução cubana foi uma atualização das antigas teses leninistas, ao destacar a atualidade da revolução na etapa imperialista; a condição de elo fraco da periferia; a necessidade de incorporar reformas democráticas burguesas como parte da revolução socialista; bem como os problemas de sobrevivência da revolução reduzida a Estados nacionais, e de construção socialista em tais esferas. A proposta leninista não oferecerá, entretanto, uma resposta sobre as particularidades de como o capital se reproduz nas regiões periféricas e os processos que tornam possível que suas contradições constituam uma síntese condensada do sistema capitalista.

**X**

A discussão das razões que tornaram possível a revolução cubana levou a região, sem muita mediação, a antigas questões sobre o caráter da formação econômica e social latino-americana e sua dinâmica. Forças políticas de esquerda, intelectuais orgânicos e acadêmicos progressistas foram algumas das principais partes envolvidas na discussão do tema, que foi atualizado com o processo cubano. Quais foram as particularidades desta formação social que encorajou revoluções não só no continente, mas também nas ilhas do Caribe? E não apenas qualquer revolução, mas uma que se declarou socialista, o que exigiu que etapistas e evolucionistas sociais fizessem avançar o relógio, ou então que o mudassem, a fim de refletir sobre os tempos da revolução.

Desde antes da revolução cubana, a discussão sobre o caráter da América Latina tendeu a polarizar-se em torno de duas propostas. O primeiro, apoiado particularmente pelos teóricos do partido comunista, argumentou que – mesmo já no século XX – uma organização feudal ou pré-capitalista prevaleceu na América Latina, focalizando as relações sociais prevaletentes nas fazendas e outras unidades produtivas agrárias. Afinal, para esta posição, foram as relações sociais que definiram o caráter da formação social.

Essa posição foi primeiramente respondida por intelectuais trotskistas, como os historiadores argentinos Luis Vitale e o chileno Marcelo Segall, que questionaram o caráter feudal ou pré-capitalista da região com base em sua relação colonial orientada para o lucro capitalista. Outros historiadores importantes, como Sergio Bagú (1992, p. 90), tomaram a mesma posição, ressaltando que “as colônias luso-hispânicas da América não surgiram para repetir o ciclo feudal, mas sim integrar-se ao novo ciclo capitalista que se inaugurava no mundo”. Para Bagú (1992, p. 271-2), “a subjugação da América é o episódio mais importante na construção do sistema mundial do capitalismo. De fato, provou ser o agente mais dinâmico da acumulação de capital desde o começo do século XVI, a condição *sine qua non* da gestação histórica do sistema capitalista mundial”.

Embora o raciocínio acima seja impecável, ele sofre de uma grave deficiência: se este era o papel colonial da América Latina na gestação do sistema capitalista mundial, isso não implicava o surgimento de um processo de reprodução do capital local, mas um simples prolongamento e derivação do processo imposto pelo império colonizador, então era impróprio derivar dele que a América Latina era capitalista desde o século 16. Após os processos de independência e após um processo que levará à constituição de um processo local de reprodução do capital – no contexto da integração da região no mercado mundial capitalista – e no qual várias relações escravistas e pré-capitalistas serão integradas, será possível falar de uma região propriamente capitalista.

Para as correntes ortodoxas, como para seus adversários, o que estava em jogo nestas disputas era o caráter da revolução na região: se ela era pré-capitalista ou feudal, a futura revolução tinha que ser burguesa, e somente uma vez esgotada esta etapa poderia ser levantada a questão da revolução proletária. Definir a região como capitalista implicava, ao contrário, exigir uma revolução proletária.

**XI**

Embora alimentadas por diferentes razões, as antigas questões sobre o caráter da América Latina estavam ligadas às formuladas por outras instituições e sujeitos, que acabariam questionando – em algumas de suas visões mais progressistas – a universalidade do desenvolvimento como meta das economias, uma vez que realizam as tarefas apropriadas e cobrem etapas ascendentes, como veio a ser postulado<sup>16</sup>, deixando claro, ao contrário, que o subdesenvolvimento era a outra face necessária do desenvolvimento, e que uma e outra só poderia ser explicada em uma relação mútua.

Deve-se salientar que a formulação dessas ideias não foi uma tarefa fácil na época, dado o peso na academia das teorias governadas pelas suposições do individualismo metodológico (neste caso, as nações substituem os indivíduos) e para as quais não existem relações, no sentido duro do termo, apenas trocas de bens no mercado, muito menos que é dentro dessas relações que se define quem se desenvolve e quem se subdesenvolve.

Foi a constituição da questão do desenvolvimento como um problema da comunidade internacional, particularmente impulsionada pelos Estados Unidos, chefe do sistema mundial capitalista após o fim da Segunda Guerra Mundial, que permitiu ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 11 de agosto de 1947, estabelecer uma Comissão Especial para examinar a criação de uma Comissão Econômica para a América Latina, a fim de propor soluções para o “atraso” da região, que foi finalmente constituída e iniciou suas atividades em Santiago do Chile em junho de 1948 (HODARA, 1987, p.23-8), após Comissões similares criadas para outras regiões “subdesenvolvidas”<sup>17</sup>. Em 1949 Raúl Prebisch foi contratado como consultor e, a partir desse mesmo ano, assumiu a direção intelectual da organização, e no ano seguinte o cargo de Secretário Executivo (HODARA, 1987, p. 29).

Sem se limitar à formulação de um livro de receitas de tarefas pendentes, tão caro ao trabalho das organizações internacionais, a Cepal daqueles anos, sob a liderança de Prebisch, que se cercou de uma importante equipe de economistas e sociólogos, incluindo Aníbal Pinto e Celso Furtado, mais tarde, acompanhado por Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Osvaldo Sunkel do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), uma organização dependente da Cepal, ele empreendeu estudos sobre o atraso da região, formulando propostas sugestivas que abriram uma nova forma de encarar o problema.

Entre as mais importantes dessas propostas, que amadureceram em diferentes momentos durante esse período, está a de uma economia internacional composta por centros e periferias, onde os primeiros geram a capacidade de apropriação dos valores produzidos pelos segundos, o que impulsiona o desenvolvimento de alguns e o subdesenvolvimento de outros. Aponta também que um mecanismo chave para que essa apropriação ocorra, entre economias formalmente independentes e portanto não sujeitas a uma relação colonial, é a deterioração dos termos de troca: os preços das mercadorias exportadas pela periferia – particularmente matérias-primas e alimentos – tendem a cair relativamente a médio e longo prazos, para além das bonanças temporárias, em comparação com o aumento relativo, no mesmo período, dos preços das mercadorias exportadas pelo centro, principalmente bens industriais, um processo

geralmente causado pela condição monopolística de sua produção, que permite que os preços sejam fixados acima de seu valor<sup>18</sup>.

A fim de evitar tais transferências no comércio internacional e assim enfrentar o atraso, a Cepal propôs promover a industrialização na região, como uma forma de "reter os frutos do progresso técnico".

## *XII*

Além da relevância de suas contribuições, tais como as já mencionadas, a interpretação da Cepal sobre a América Latina sofreu sérias limitações. A mais importante delas foi que não problematizou os processos internos das sociedades latino-americanas, assumindo que os problemas de subdesenvolvimento estavam localizados principalmente na esfera externa e, em particular, nas relações comerciais injustas. Assim, supunha-se que a industrialização tenderia a resolver o problema do atraso, já que a raiz do problema seria resolvida: a dependência das exportações de bens primários, cujos preços internacionais se tornaram relativamente baratos, e das importações de bens industriais, que se tornaram mais caros.

Portanto, não é coincidência que a Cepal não tenha desenvolvido categorias que lhe permitissem analisar as estruturas das sociedades e economias regionais<sup>19</sup>. E também não é coincidência que neste vácuo teórico as burguesias latino-americanas não tenham encontrado formulações que as questionassem politicamente. Pelo contrário, apesar de sua abordagem radical das teorias do comércio internacional, a proposta central da Cepal para resolver os problemas da região – a industrialização – visava precisamente fortalecer o projeto econômico e político da crescente burguesia industrial.

Muito cedo, uma vez iniciado o processo de industrialização, ficou claro que tanto o diagnóstico como o remédio formulado por Prebisch e pela Cepal estavam errados. O novo processo não só não resolveu os antigos problemas de dependência e subdesenvolvimento, como os projetou em novas dimensões. Por exemplo, dadas as dificuldades de produzir bens intermediários e particularmente bens de capital, equipamentos e novos conhecimentos tecnológicos na região, estes acabaram sendo adquiridos dos países centrais ou das filiais das grandes empresas estrangeiras produtoras de bens industriais que se instalaram na região, o que significou elevar a subordinação da região aos centros imperialistas a novas alturas. No campo social, as coisas não melhoraram. A pobreza acabou sendo instalada em escala maciça nas áreas urbanas, com grandes cordões de miséria surgindo ao redor das grandes cidades, causada pelas migrações maciças do campo, atraídas pelos empregos que o crescimento da indústria iria criar. Na realidade, dada a monopolização precoce do setor industrial na região, e a aquisição de equipamentos que, em condições de dependência, acabaram economizando trabalhadores, mas não trabalho<sup>20</sup>, o emprego industrial cresceu abaixo da oferta de mão de obra disponível, gerando assim novos problemas sociais e políticos com uma crescente população urbana desempregada e subempregada, que demandava serviços básicos e também para ser incorporada aos bens oferecidos nas cidades.

Os fracassos da industrialização em relação aos problemas de desenvolvimento e bem-estar, juntamente com a presença da revolução em Cuba, deram força às preocupações de um novo marxismo

emergente na região, que iniciou suas reflexões e colocou no centro do debate o caráter do capitalismo latino-americano.

### XIII

Dar conta das características da reprodução do capital a nível local, no âmbito das relações com a economia mundial, constituiria uma das tarefas centrais do novo marxismo latino-americano que tomou forma após o processo revolucionário em Cuba. O objetivo era explicar as razões pelas quais “o desenvolvimento do subdesenvolvimento”<sup>21</sup> foi o resultado final dos projetos e políticas aplicadas na região, incluindo a própria industrialização, como já assinalamos, e que buscavam superar o atraso e o subdesenvolvimento.

Em uma viagem em que se destacam os nomes de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, a formulação mais completa ocorreu em 1972. Naquele ano, Ruy Mauro Marini apresentou – no Centro de Estudios Socio-económicos (Ceso) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile – avanços de seu trabalho, publicado no ano seguinte sob o título *Dialética de la dependencia*. (MARINI, 1973) Neste livro, ele estabelece que a particularidade do capitalismo dependente reside numa reprodução do capital baseada na exploração redobrada (Marini o chama de superexploração), um processo estrutural de violação do valor da força de trabalho que permite a manutenção e reprodução da transferência de valor para as capitais do mundo central, assim como a compensação dessas transferências para o capital local.

A ligação entre o externo e o interno, que dividiu as águas em períodos anteriores, acabou encontrando uma saída. O subdesenvolvimento e a dependência são processos cuja responsabilidade não recai exclusivamente sobre o comércio internacional ou o capital estrangeiro ou o imperialismo, embora não sejam de forma alguma alheios, mas também, e principalmente, com as classes dirigentes locais, que desempenham um papel importante na reprodução desses processos, pois sobre tais bases, mesmo sob condições de subordinação, eles, por sua vez, conseguem sua própria reprodução com o capital e domínio.

Tudo isso é sustentado pela constituição de economias que fizeram dos mercados externos seu campo fundamental de realização, com breves parênteses olhando para dentro, como na etapa industrial, o que permite a criação de uma estrutura produtiva separada das necessidades da população trabalhadora, marginalizando-a do mercado, já que para este capitalismo ela desempenha um papel central como produtora, mas não como consumidora, no máximo com alguma relevância neste último sentido para os setores não-dinâmicos do capital dependente.

Poucos livros no campo das ciências sociais latino-americanas conseguiram a atenção levantada pela *Dialética da dependência* (DD). Somente os textos anteriores de André Gunder Frank tiveram os mesmos resultados. Após sua publicação, o livro de Marini foi o foco de críticas. Isto é compreensível, já que as formulações de Marini são intransigentes. Ele argumenta que o capitalismo é o problema, gerando dependência e subdesenvolvimento em seu desenvolvimento, de modo que não há solução para a dependência inscrita em suas fronteiras. Em tal situação, o dilema que ele coloca é a dependência ou revolução.

O subdesenvolvimento não é mais o resultado de uma falta de maturidade capitalista, mas, pelo contrário, um resultado genuíno do desenvolvimento do capitalismo sob condições dependentes. O atraso não é a expressão de economias estagnadas ou não crescentes, mas a consequência inevitável do crescimento e expansão capitalista.

Todo o processo de reprodução do capital é reorganizado e tem características particulares como resultado de ser sustentado por uma exploração redobrada. Populações assalariadas que não ganham o suficiente para uma reprodução normal, levando à desnutrição, depredação precoce, doenças, fome e pobreza; longas horas de trabalho, estimuladas pela voracidade do capital e pelas próprias condições de salários insuficientes, que incentivam as horas extras como forma de aumentar os salários; fraca participação dos trabalhadores no mercado interno; persistência na história econômica regional dos padrões de exportação, que mostram a ruptura no ciclo do capital, entre a produção local e a produção predominante nos mercados externos; economias nas quais o furor produtivista que caracteriza o capitalismo em geral é diminuído, pois o capital pode manter os lucros apropriando-se de parte do fundo de consumo dos trabalhadores; fracos processos de acumulação, dada a descapitalização provocada pela transferência de valor para o exterior e a escassa concorrência entre capitais locais devido aos primeiros processos de monopolização; enorme peso do capital estrangeiro nos investimentos que aceleram esta monopolização, atraídos pelos altos lucros extraordinários que alcançam e pela mais-valia obtida nas condições da exploração redobrada prevalecente; agravamento da desigualdade social: muita riqueza concentrada em poucas mãos e enorme miséria e pobreza predominante entre a maioria da população.

#### **XIV**

A formulação de Marini, ao revelar que é a própria dinâmica do capitalismo dependente que gera atraso e subdesenvolvimento, acabou fornecendo as bases que explicam as pulsões rupturistas que percorrem a região e a tornam um elo fraco na cadeia imperialista. A exploração redobrada é a relação social local contraditória que internaliza as contradições sistêmicas. Desta forma, ele acabou ligando de forma consistente o que na história anterior parecia estar separado ou integrado, mas com argumentos fracos<sup>22</sup>. Desde a publicação da DD, dependência (subdesenvolvimento) e atualidade da revolução são apenas as expressões de uma unidade, onde dependência é a face econômica da política, e atualidade da revolução a face política da economia, na forma particular de ser da região. As responsabilidades das classes dirigentes locais no processo de subdesenvolvimento e dependência ajudaram por sua vez a identificar as dimensões do conflito social e político a ser enfrentado.

#### **XV**

Após a publicação da DD, ocorreu uma nova reordenação teórica e política. Primeiro, porque assumir-se como um dependentista começou a significar um assunto muito mais complexo do que esta denominação havia indicado anteriormente. Por esta razão, não foi surpreendente que muitos autores que,

no meio de fronteiras imprecisas, se atribuíram a esta escola, tivessem que esclarecer suas posições para se distinguirem. Fernando Enrique Cardoso é sem dúvida o caso mais significativo, escrevendo junto com José Serra um verdadeiro manifesto anti-DD<sup>23</sup>.

Mas as posições neodesenvolvimentistas (onde Cardoso se localiza teoricamente), as novas correntes cepalinas, trotskistas e maoístas e reformistas dos mais variados espectros, e as forças políticas que operam neste horizonte, também sentiram o golpe e reagiram. O desafio não era apenas político. Também implicou na elaboração de uma proposta teórica no nível em que a DD tinha colocado o debate. Diante das dificuldades de tal tarefa, as críticas geralmente tenderam a assumir um tom formalista (DD viola o marxismo e seu método; é uma análise circuncionista, entre outros) ou, na maioria das vezes, concentraram-se em uma crítica parcial de alguma questão, e até tomaram parágrafos ou frases isoladas para rejeitar toda a formulação apresentada.

A própria revolução cubana forçou os partidos comunistas a rever suas teses, abrindo-se cada vez mais aos postulados da escola marxista de dependência. O livro *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, do intelectual comunista equatoriano Agustín Cueva, um forte antidependentista em tempos anteriores, é um bom exemplo disso. Ali, o feudalismo só é significativo na região até os primeiros três quartos do século XIX. Cueva assinala que “(...) estritamente falando (na América Latina) não é, no século XX (...) a transformação do feudalismo em capitalismo, já que este processo, em suas linhas mais gerais, já ocorreu durante a fase oligárquica”, e não se envergonha de falar de um processo que já ocorreu durante a fase oligárquica. (CUEVA, 1977, p. 148) Ele não hesita em falar de “superexploração”, a categoria central na abordagem de Marini, ou do caminho de acumulação “oligárquico-dependente”.

## XVI

Apontemos duas contribuições epistêmicas da DD, por sua relevância para o trabalho das ciências sociais em geral:

a. Sua perspectiva de totalidade

Para ter como objetivo levar em conta as características da reprodução do capital em uma economia dependente, dentro de sua vinculação com os movimentos e processos da economia mundial capitalista, DD deve romper com as abordagens ligadas a aspectos parciais, neste caso da economia, e deve analisar todo este processo de reprodução, que necessariamente integra processos que operam em circulação e também na produção e na inserção local e internacional da região. E esta visão geral visa dar sentido ao processo de capital que integra estes momentos, a unidade que eles constituem, como uma forma particular de reprodução do capital no capitalismo dependente. DD deve então buscar uma explicação do todo<sup>24</sup>, a unidade ativa subjacente às fragmentações que o fenômeno apresenta. Em resumo, DD se inscreve como uma análise da totalidade<sup>25</sup>.

b. A unidade do econômico e do político

Sendo uma análise que, de acordo com as fragmentações disciplinares que predominam na academia, e por estar localizada na economia, DD é simultaneamente uma análise política. Sua formulação

das características da reprodução do capital no capitalismo dependente, baseada na exploração redobrada, é imediatamente uma revelação das condições que determinam a possível forma de constituir a vida em comum, das relações entre os agrupamentos humanos baseados na classe que se formam dentro dessa reprodução, de suas contradições e conflitos.

É a partir desta unidade e da totalidade já mencionada, por outro lado, que o problema das tensões rupturistas e dos processos revolucionários presentes na região deixa de ser uma questão de processos inscritos em formações sociais isoladas, de fragmentos, mas de tendências que percorrem a região, que tomam forma em tempos e espaços sociais particulares que devem ser explicados.

## **XVII**

Vale a pena perguntar por que os debates sobre o caráter da América Latina foram relegados, se não simplesmente apagados das discussões atuais. Isto não implica, no entanto, que o problema não esteja presente. Qualquer diagnóstico feito por organizações internacionais ou acadêmicos, seja da região como um todo, sub-regiões ou economias específicas, traz implícitas suposições sobre o caráter regional, que está presente nas categorias utilizadas ou em um fundo mais escondido que precisa ser descoberto.

As suposições da América Latina como região inscrita em etapas que levarão ao desenvolvimento estão presentes, com maior ou menor força, quando se fala de “economias em desenvolvimento”, “padrões de desenvolvimento”, “economias atrasadas”, “economias imaturas”, e assim por diante. Em todos esses casos, a imagem aponta para o fato de que existe um objetivo de desenvolvimento (dos desenvolvidos) e que, para alcançá-lo, os obstáculos devem ser removidos, as forças devem ser reforçadas e/ou os caminhos corretos devem ser seguidos. Há também a ideia de uma falta de maturidade, de um espaço que não foi preenchido, mas que é possível alcançar com alguns reajustes e mudanças que permitirão acelerar o progresso.

Tal é a força destas formulações e suas suposições em organizações internacionais e no meio acadêmico, que nem sequer são discutidas no meio acadêmico, o que seria a coisa apropriada e pertinente a fazer. Não há debate, porque o problema foi suprimido – não resolvido – tomando como certo que os anteriores explícitos ou implícitos são os relevantes. Se for feita alguma observação crítica, algum exemplo de crescimento espetacular no Sudeste Asiático nas últimas décadas é imediatamente utilizado para resolver o argumento. Se o desenvolvimento é apenas a face do subdesenvolvimento, pode-se perguntar quanta dependência e atraso foram gerados em algumas outras regiões do mundo para fazer da Coreia do Sul, por exemplo, o que ela é hoje. As grandes doações de empréstimos dos Estados Unidos e do Japão para Seul desde os anos 50, que apoiaram essa economia sob as condições de uma Guerra Fria muito quente, entraram em alguma caixa registradora como aumento da dependência e do atraso em outras economias e regiões. Esses recursos não saíram dos bolsos dos contribuintes americanos ou japoneses, nem dos lucros de suas empresas locais ou transnacionais<sup>26</sup>. Isto não é para negar o Estado forte e a disciplina política estabelecida sobre a sociedade como um todo, incluindo os empresários, que junto com a “ajuda” acima mencionada tornou possível alcançar as conquistas de hoje.

O mesmo pressuposto está presente na fé inquestionável que certas correntes expressam na inovação tecnológica e científica, apontando que o problema do subdesenvolvimento latino-americano pode ser resolvido com aumentos do PIB nesta área, transformando o ponto onde os problemas começam em uma solução. Pode-se perguntar: por que, com uma solução tão próxima, a classe política da região e os empresários não dão passos nessa direção? Não deve ser por suas condições de iletrados (embora alguns sejam).

Por que, em dois séculos de independência, os setores dominantes não resolveram algo que parece tão simples? Talvez o problema não seja apenas de vontade, mas de processos estruturais que revelam a ineficácia de tal esforço econômico e político, quando esses avanços tecnológicos e científicos podem hoje ser adquiridos no mercado mundial ou fazem parte dos pacotes de investimento de capital estrangeiro na região. Gerar condições para criar núcleos de inovação tecnológica e científica requer muito capital, que deve ser subtraído da acumulação imediata, lucro imediato, consumo de luxo imediato, assim como um Estado forte capaz de combinar vontades nessa direção, e muita disciplina, como mencionamos no caso da Coréia do Sul. Onde estão os empresários dispostos a fazer tal esforço e disciplina na América Latina? Onde está a classe política? Por que tanto esforço se é viável adquiri-los no exterior e cobrar os lucros para redobrar a exploração?

O desenvolvimento científico e tecnológico que permitirá à região emergir de sua dependência não é agora fundamentalmente uma questão orçamentária, mas uma questão política: a constituição de um novo Estado, de novas relações sociais, do surgimento de novos sujeitos à altura de tal tarefa. Na lógica do capital que prevalece no mundo dependente, tudo isso não está presente, pois essa mesma lógica impede seu surgimento. Ressalto, no entanto, que nas condições atuais é até possível alcançar a “sociedade do conhecimento”. Qualquer pequeno dado sobre inovação na região será tomado e simplesmente projetado como um paradigma do desenvolvimento esperado. Voltaremos mais uma vez aos grandes volumes em que a bondade e as qualidades dos grandes modelos de desenvolvimento se repetem sem o menor espírito crítico. Afinal, o diagnóstico já foi feito: não estamos desenvolvidos porque não fizemos o que os países desenvolvidos fizeram, particularmente em termos de pesquisa e inovação tecnológica.

Não é fácil apresentar casos históricos (e tivemos pelo menos cinco séculos de capitalismo e dois séculos e meio desde a revolução industrial) nos quais qualquer teoria de desenvolvimento pode ser confirmada de que qualquer economia, sem vínculos diretos ou indiretos com outras de valor adequado, alcançou o chamado desenvolvimento como resultado de seus próprios esforços internos<sup>27</sup>. E o contrário pode ser confirmado: os chamados países desenvolvidos o fizeram confiando na contribuição substancial das colônias e/ou das economias e regiões que saquearam, ou criando mecanismos para reapropriar-se do que foi expropriado por outros<sup>28</sup>. Mas o poder do discurso não está em sua capacidade de provar, mas em sua capacidade de impor verdades.

Não é que tenham surgido novas teorias para explicar melhor o que está acontecendo na América Latina, e é por isso que as discussões sobre subdesenvolvimento e dependência foram relegadas para segundo plano. O problema está em outro lugar e está relacionado ao processo contrarrevolucionário em curso na América Latina desde os anos 60 e 70, um processo que, em outras formas, também incluiu o

mundo desenvolvido, com o neoliberalismo dominante e as políticas do Consenso de Washington guiando o mundo – um processo que atingiu a academia em geral e a academia regional em particular, e que – não alheio ao fracasso do chamado socialismo – fazia sentido que um certo pensamento crítico simplesmente se opusesse às barbaridades levadas a cabo pelo capital em todos os cantos da vida social, mas com uma linguagem que não rompa fundamentalmente com suas interpretações, e sem enfrentar teórica e conceitualmente seus processos.

### **Referências:**

- ÁVALOS, G. **La corrosiva plaga de la crítica**. Mimeo, 2009.
- BADIOU, A. **Segundo manifiesto por la filosofía**. Buenos Aires: Manantial, 2010.
- BAGÚ, S. **Economía de la sociedad colonial. Ensayo de historia comparada de América Latina**. México D.F.: Grijalbo; Conaculta, 1992.
- CARDOSO, F.H.; SERRA, J. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociología**, México D.F., número extraordinario, 1978.
- CUEVA, A. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**. México D.F.: Siglo XXI, 1977.
- FAJNZYLBER, F. Industrialización en América Latina: de la “caja negra” al “casillero vacío”. **Cuadernos de Cepal**, Santiago, n.60, 1989.
- FEIJOO, M.C. Marx, el jacobinismo negro y la experiencia subalterna de la modernidad. El caso de la revolución antiesclavista de Saint-Domingue. **Herramienta Web**, n. 6, septiembre de 2010. Disponible em: <https://herramienta.com.ar/marx-el-jacobinismo-negro-y-la-experiencia-subalterna-de-la-modernidad-el-caso-de-la-revolucion-anti-esclavista-de-saint-domingue>. Acceso em 11 de set. 2010.
- GIACOMÁN, E.M. Las exportaciones como factor de arrastre del desarrollo industrial. La experiencia del Sudeste de Asia y sus enseñanzas para México. **Comercio exterior**, México D.F., v.38, n.4, abril de 1988.
- GONZÁLEZ CALLEJAS, J.L. **La forma democrática de la disolución estatal mexicana**. Departamento de Relaciones Sociales, México D.F., UAM-Xochimilco, 2011.
- GRÜNER, E. El “lado oscuro” de la modernidad. Apuntes (latinoamericanos) para ensayar en clave crítica. **Confines**, Buenos Aires, n.23, diciembre de 2007.
- GUNDER FRANK, Andre. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Imperio**. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- HODARA, J. **Prebisch y la CEPAL**. México D.F.: El Colegio de México, 1987.
- HUNTINGTON, S.P. **La tercera ola: la democratización a finales del siglo XX**. Paidós: Barcelona, 1994.
- MARINI, R.M. **Dialéctica de la dependencia**. México D.F.: Era, 1973.
- MARINI, R.M. Prólogo. In: BAMBIRRA, V. **La revolución cubana. Una reinterpretación**. México D.F.: Nuestro Tiempo, 1974. p. 9-16.
- MARINI, R.M. Las razones del neodesarrollismo (o por qué me ufano de mi burguesía). **Revista Mexicana de Sociología**, México D.F., número extraordinario, 1978.
- OSORIO, J. **Estado, biopoder, exclusión. Análisis desde la lógica del capital**. Barcelona: Anthropos; México D.F.: UAM, 2012.
- PÉREZ SOTO, C. **Desde Hegel**. Para una crítica radical de las ciencias sociales. México D.F.: Itaca, 2008.

RIST, G. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madrid: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación/Universidad Complutense; La Catarata, 2002.

ROSTOW, W.W. **Las etapas de crecimiento económico**. México D.F.: Fondo de Cultura, 1961.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. México D.F.: Siglo XXI, 1970.

VALENZUELA FEIJÓO, J. **Aníbal Pinto**. América Latina: una visión estructuralista. México D.F.: Facultad de Economía/Unam, 1991.

ZIZEK, S. **Primero como tragedia, después como farsa**. Madrid: Akal, 2011.

---

### Notas

\* Texto publicado originalmente em **Estudios latinoamericanos**, México D.F., Unam, año 35, n.45-46, enero-diciembre de 2020.

<sup>1</sup> Doutor em sociologia pelo El Colegio de México (Colmex). Professor e pesquisador do Departamento de relações sociais da Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco (UAM-X). Docente e orientador na pós-graduação em Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México (Unam). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1322-4874>. E-mail: [josorio@correo.xoc.uam.mx](mailto:josorio@correo.xoc.uam.mx). No Brasil, seus livros mais recentes são *Padrão de reprodução do capital*, co-organizado com Carla Ferreira e Mathias Luce (Boitempo, 2012) e *O Estado no centro da mundialização* (2 ed, Expressão Popular, 2019).

<sup>2</sup> Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Autónoma de San Luis Potosí (UASLP). Bolsista do Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (Conacyt), México. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1464622717352466>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4275-7461>. E-mail: [marianacandidosantos1997@gmail.com](mailto:marianacandidosantos1997@gmail.com).

<sup>3</sup> Holocausto provocado por psicopatas; guerras mundiais desencadeadas pelo acaso e marcadas por ambições individuais ou grupais; crises econômicas provocadas pelo tumulto desenfreado de alguns; revoluções provocadas por déspotas violentos e “orientais” (como Lenin foi caracterizado).

<sup>4</sup> Em todos os casos, a referência à América Latina inclui o Caribe neste trabalho.

<sup>5</sup> É a isto que Fernando Fajnzylber se refere em seu texto *Industrialización en América Latina: de la “caja negra” al “casillero vacío”*.

<sup>6</sup> Como bem aponta Louis Sala-Molins, “os filósofos do Iluminismo europeu clamavam contra a escravidão, *exceto onde ela literalmente existia*”. (SALA-MOLINS apud ZIZEK, 2011, p. 129, grifo original)

<sup>7</sup> Nos termos de Alain Badiou (2010, p. 67-8): “Na análise de Marx das sociedades burguesas ou capitalistas, o proletariado é propriamente o proletariado inexistente próprio das multiplicidades políticas. É ‘o que não existe’. Isto não significa de forma alguma que não tem ser. (...) O ser social e econômico do proletariado não está em dúvida. O que é duvidoso, e sempre foi e é hoje mais do que nunca, é sua existência política”.

<sup>8</sup> [N. da T.: o Virreinato de la Nueva España foi a forma de organização político-administrativa vigente entre 1535 e 1821 pela qual o Império espanhol subjugou povos e territórios conquistados pela colonização.]

<sup>9</sup> “Eventos como estes representam a universalidade como uma categoria política. Neles, como aponta Back-Morss, ‘a humanidade universal é visível nos limites’”. (ZIZEK, 2011, p. 130) O campo de referência acima é a revolução haitiana, mas ela pode ser estendida à revolução mexicana sem violar seu significado mais profundo.

<sup>10</sup> Não é, portanto, surpreendente que a capacidade de exportação da região tenha crescido desde as últimas décadas do século XX, enquanto ao mesmo tempo os salários entraram em colapso.

<sup>11</sup> No qual Samuel P. Huntington se destaca. Veja seu livro **La tercera ola: la democratización a finales del siglo XX**.

<sup>12</sup> Zizek cita com aprovação o diretor de cinema mexicano Alfonso Cuarón: “A tirania de hoje adota novos disfarces; a tirania do século XXI é chamada de democracia”. (ZIZEK apud ÁVALOS, 2009, p. 12)

<sup>13</sup> Quais as formas de organização revolucionária: guerrilha ou partido? os caminhos da revolução: armada ou institucional? entre outras questões relevantes. O ponto dicotômico é sublinhar os termos que - erroneamente - foram utilizados nos debates.

<sup>14</sup> Não é pouco que tenham ocorrido revoluções anticapitalistas no mundo periférico: Rússia, China, Cuba, Vietnã. A discussão do curso destas revoluções vai muito além dos objetivos e limites deste artigo.

<sup>15</sup> Uma breve exposição desta abordagem leninista pode ser encontrada no prólogo de Ruy Mauro Marini ao livro de Vânia Bambirra, **La revolución cubana. Una reinterpretación**. (MARINI, 1974, p. 9-16)

<sup>16</sup> Ver Rostow, 1961.

<sup>17</sup> Falar de desenvolvido e subdesenvolvido não é uma questão menor. São termos que “mudam radicalmente a visão do mundo. Até então, as relações Norte/Sul eram fundamentalmente organizadas de acordo com o colonizador/colonizados. [...] A nova dicotomia desenvolvidos/subdesenvolvidos propõe uma relação diferente [...] um mundo em que todos (Estados) são iguais de direito, mesmo que não sejam (ainda) iguais de fato. O colonizado e o colonizador pertencem a dois universos que não só são diferentes, mas até mesmo opostos. [...] *Embora o subdesenvolvido e o desenvolvido sejam da mesma família*”. (RIST, 2002, p.98-9, grifos originais)

<sup>18</sup> Cabe argumentar que a maior produtividade no mundo central deveria fazer baixar os preços de suas mercadorias. Mas o estudo empírico realizado por Prebisch para o caso argentino, quando ele era funcionário do Banco Central Argentino, mostrou que se passava exatamente o contrário. A questão será discutida posteriormente sob a noção de "intercâmbio desigual", com uma grande afluência de vozes.

<sup>19</sup> Aníbal Pinto, de maneira excepcional, desenvolveu a noção de "heterogeneidade estrutural" – mais descritiva do que explicativa – para explicar as diferenças de produtividade entre setores nas economias regionais. Veja a generosa visão geral que faz o autor José Valenzuela Feijóo (1991) no prefácio do livro **Aníbal Pinto**. América Latina: una visión estructuralista.

<sup>20</sup> Uma vez que os trabalhadores são obrigados a trabalhar mais intensamente (mais trabalho), sem reduções substanciais no horário de trabalho, um processo que abriria "tempo" para o recrutamento de outros trabalhadores.

<sup>21</sup> Uma noção formulada por André Gunder Frank que sintetiza o dilema do capitalismo dependente. Ver *Tese do subdesenvolvimento capitalista*, item A do primeiro capítulo de **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. (GUNDER FRANK, 1970)

<sup>22</sup> Isto é claramente visível nos argumentos da Gunder Frank, mas também em Dos Santos e, em menor grau, em Babbirra. DD também integra o capitalismo (dependente) e a revolução (proletária), que também estava presente na crítica ao marxismo ortodoxo, mas sem fundamentos teóricos consistentes. Nas organizações comunistas surgiu a ligação entre o econômico e o político, mas em termos de pré-capitalismo (feudalismo) e revolução burguesa, como já vimos.

<sup>23</sup> Intitulado *Las desventuras de la Dialéctica de la dependencia*. Marini responde com *As razones del neodesarrollismo*. Ambos os artigos podem ser encontrados em **Revista Mexicana de Sociología**, México D.F., Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, número extraordinario, 1978.

<sup>24</sup> 'Conhecer o todo' implica decifrar a atividade unificadora que dá sentido aos elementos e processos que inicialmente parecem dispersos e fragmentados. Portanto, é muito diferente de 'conhecer tudo', a completude das relações, dos processos e das 'coisas'. Como bem aponta Carlos Pérez Soto (2008, p. 179), "para conhecer uma floresta não é necessário conhecer cada uma de suas árvores".

<sup>25</sup> Ver Jaime Osorio (2012, capítulo 1, El capital como totalidad).

<sup>26</sup> Ao considerar os casos do Sudeste Asiático como modelos para emergir do subdesenvolvimento, o papel do Estado, o protecionismo e a capacidade de inovação tecnológica são geralmente enfatizados, e pouca atenção é dada a fatores na economia internacional que operaram significativamente nessa direção. Esquece-se, por exemplo, que "a industrialização liderada pelas exportações [naquela região – J.O.] não teria tido sucesso sem os seguintes fatores [...]: [...] mudanças na divisão internacional do trabalho, provocadas pela transferência de linhas de produção para países subdesenvolvidos [...]; "o início das estratégias de exportação coincidiu com um período de rápida expansão do comércio internacional e aumento dos preços dos produtos manufaturados"; "o apoio variado que esses países receberam *por seu papel geopolítico no confronto Leste-Oeste*", e "a liderança e o efeito dinamizador que o Japão exerceu sobre suas ex-colônias". Ver Giacomán, 1988, p. 281, grifos nossos.

<sup>27</sup> No caso da Coreia do Sul discutido acima, as doações substanciais de ajuda dos Estados Unidos e do Japão mostram que não era apenas o esforço doméstico que estava em ação.

<sup>28</sup> Osvaldo Sunkel e Pedro Paz (1970, p.43-5, grifos nossos) destacaram: "é bem conhecido que, com a formação de impérios mercantis modernos a partir do século XVI e o conseqüente boom no comércio colonial, um importante processo de acumulação de capital estava ocorrendo em certas regiões da Europa", de modo que nem mesmo a Revolução Industrial é "um processo que pode ser explicado e compreendido [...] em termos de países isolados, como a Inglaterra, ou regiões isoladas, como o Noroeste da Europa". Na realidade, ela se desdobra dentro de um sistema econômico e político mundial que liga esses países e regiões entre si e com suas respectivas áreas coloniais e países dependentes", o que contribuiu para a Revolução Industrial "através da geração e extração de um excedente [...] e da exploração dos recursos naturais e humanos das áreas periféricas".

Recebido em: 29 de abr. 2022

Aprovado em: 29 de abr. 2022